



(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200031516 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA VANILDO DOS SANTOS ARAUJO

COBERTURA Invalidez



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO VANILDO DOS SANTOS ARAUJO

CPF/CNPJ: 05578890490

Posição em 13-03-2020 10:46:55

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
27/01/2020	PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/4j1IV__6E2yFkNJYhKcJZ3Q==/api_key=y+j2M6vLMwe__4v9TOuYJ0nAe5pnzS2jTgLGZ7rbOQjM=)
22/01/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/jAiq__D3gBdf+RMlv36sE4g:api_key=y+j2M6vLMwe__4v9TOuYJ0nAe5pnzS2jTgLGZ7rbOQjM=)



3290622317

Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99705-5363. (83) 98660-2858.

PAGO

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Vanildo da Santos Araújo TELEFONE 98835-4149
98825-5806 cliente
ESTADO CIVIL solteiro PROFISSÃO maquiador
CPF 055-788.904-90 RG 3.014.091 ENDEREÇO R. Jairo
CARLOS DA SILVA, N-37, TRINHEIRAS - 58011-313

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438 e MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA OAB/PB 17.295** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

Jose Perseguit de Junho de 2019

(OUTORGANTE) x



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-917

NAO ALFABETIZADO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.014.091 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 23/01/2019

NOME VANILDO DOS SANTOS ARAÚJO

FILIAÇÃO SEVERINO FRANCISCO DE ARAÚJO
EMOIS MARIA DOS SANTOS ARAÚJO

NATURALIDADE JOÃO PESSOA-PB DATA DE NASCIMENTO 04/09/1970

DOC ORIGEM NASC.N. 52734 FLS. 23V LIV. A-75
CARTÓRIO 3º JOÃO PESSOA-PB

CPF 055.788.904-90

Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

A +



VANILDO DOS SANTOS ARAUJO
RUA JANI CARLOS DA SILVA, 37 / CP-REDE - TRINCHERAS
JOAO PESSOA / PB CEP: 58011-313 (AG. 1)



Ligação: MONOFÁSICO
Cl/Sec: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro: 4 - 1 - 144 - 2640
Medidor: 00009191505
Referência: Ago / 2019
Emissão: 08/09/2019

Y98LUD
33 Fozes
000140

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica
Cód. para Deb. Automático: 0001

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Ago / 2019	08/08/2019	09/09/2019	055.788.904-90 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1374177-2

Canal de contato
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em
saude.gov.br/vacinaBrasil

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 08/07/19	Leitura 18832	Data 08/08/19	Leitura 18718	
			1	85
				30

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa / Tributos Total (R\$)	Tarifa / ICMS (R\$)	Alto / ICMS (R\$)	Base Calc. Pto (R\$)	Base Calc. Pto (R\$)	Base Calc. Pto (R\$)	Cofins (R\$)
0801	Consumo em kWh	85,000	0,929810	70,51	70,51	25	17,63	70,51	0,77
0801	Adic. B. Amarela			1,34	1,34	25	0,33	1,34	0,01
0801	Adic. B. Vermelha			1,33	1,33	25	0,33	1,33	0,01
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIB. SERV. ILM. PÚBLICA			2,83	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 08/2019			0,71	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 08/2019			2,24	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	COMPENSAÇÃO POR INDICADOR-DMC 06/2019			-0,94	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0803	BÔNUS ITAPIULI 10438/2002 07/2019			-1,24	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2019			0,11	0,00	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL				76,59	73,15		18,29	73,15	0,78
Tarifas / Tributos				0,571770					

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
172	26/08/2019	R\$ 76,59

Histórico de Consumo (kWh)											
179	181	164	168	170	190	192	182	178	152	129	188
Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19

RESERVADO AO FISCO
9c74.b27b.9fcf.87f2.bab7.3128.383a.1b95.

Indicadores de Qualidade - 6/2019 - Início Pro				Composição do Consumo		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	4,83	3,87	NOMINAL 220	Serviços de Dist. de Energia/PB	16,73	21,13
DIC TRIMESTRAL	9,67			Compra de Energia	27,16	34,31
DIC ANUAL	19,34	1,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202	Serviço de Transmissão	2,60	3,28
DIC MENSAL	3,17			Encargos Setoriais	2,95	3,72
DIC TRIMESTRAL	6,35	9,87	LIMITE SUPERIOR 231	Impostos Diretos e Encargos	28,72	36,28
DIC ANUAL	12,70			Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	2,89			Total	79,17	100,00
DICRI	12,22			Valor de EUSD (Ref. 6/2019) R\$ 39,00		

ATENÇÃO
- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) ao lado relacionada(s) permaneça(m) em atraso o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 29/08/2019. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem.
- Perda de Ramal: 1 kWh
- Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento
- Leitura confirmada

Faturas em atraso
Jul/19 151,26

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 03150.244006 00068.469170 1 79930000007659
PAGADOR: VANILDO DOS SANTOS ARAUJO - CPF/CNPJ 055.788.904-90
RUA JANI CARLOS DA SILVA, 37 / CP-REDE - TRINCHERAS - JOAO PESSOA / PB CEP: 58011-313
Nosso Nr: 3150244000068469 Nr. Documento: 001374177201906 Data de Vencimento: 26/08/2019 Valor do Documento: R\$ 76,59 Valor Pago:
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ 13.735.183 / 0001-40
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-280
Agência / Código do beneficiário: 3064-3/2447-3



Testamento

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	1.685.198 -2 VIA
DATA DE EXPEDIÇÃO	30/06/2014
NOME	EDILENE DE LIMA BRITO
FILIAÇÃO	EDIMILSON ÁGOLO DE BRITO SEBASTIANA JOSÉ DE LIMA
NATURALIDADE	SANTA RITA-PB
DATA DE NASCIMENTO	16/08/1976
DOC ORIGEM	NASC.N.2093 FLS.264 LIV.A2 CARTORIO SANTA RITA-PB
928.195.324-20	
LEI Nº 7.116 DE 20/08/63	



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.
Documento uso e segunda via de conta.

Bolero para análise pagamento via nota fiscal/carta de crédito emitida Nº 032.277.791



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 55071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

VANILDO DOS SANTOS ARAUJO
RUA JANIO CARLOS DA SILVA 37 CP-REDE
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1374177-2

REFERÊNCIA

OUT/2019

APRESENTAÇÃO

09/10/2019

CONSUMO

115

VENCIMENTO

26/10/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 69,61

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 03150.244006 06935.254174 7 80540000006961				
Pagador: VANILDO DOS SANTOS ARAUJO CNPJ/CPF: 055.788.904-90				
RUA JANIO CARLOS DA SILVA 37 CP-REDE - TRINCHEIRAS - JOAO PESSOA / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31502440006935254	001374177201910	26/10/2019	R\$ 69,61	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				

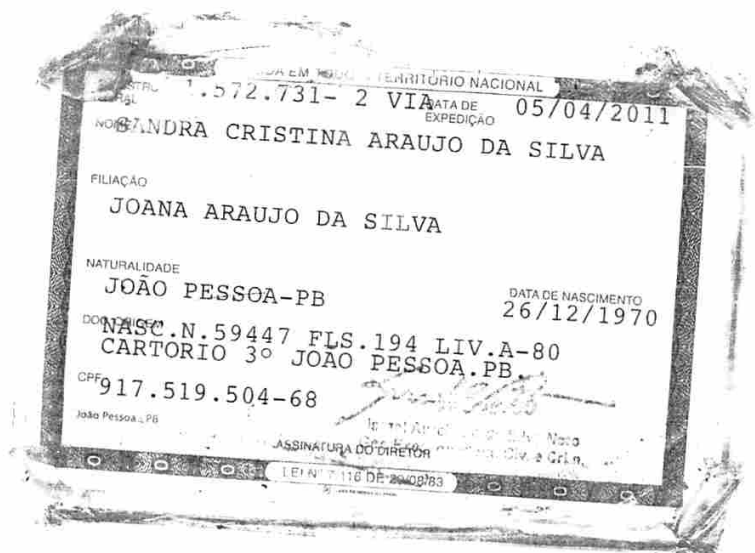


Testemunha





testemunha



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boloto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - Nº 032.953.601



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 55071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Ins. Est. 16.015.323-0

DADOS DO CLIENTE

CELENI DOMINGOS DA SILVA
RUA AGENTE F JOSE COSTA DUARTE 157 SALA 02
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1371069-4

REFERÊNCIA

OUT/2019

APRESENTAÇÃO

21/10/2019

CONSUMO

214

VENCIMENTO

28/10/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 183,53

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 03150.244006 07097.707173 6 80560000018353				
Pagador: CELENI DOMINGOS DA SILVA CNPJ/CPF: 262.242.244-04				
RUA AGENTE F JOSE COSTA DUARTE 157 SALA 02 - MANGABEIRA - JOAO PESSOA / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31502440007097707	000000000201910	28/10/2019	R\$ 183,53	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00237.01.2019.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00237.01.2019.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:57 horas do dia 16 de outubro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Marcos Antônio Vasconcelos, matrícula 0573132, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Vanildo dos Santos Araujo**, CPF nº 055.788.904-90, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero masculino, profissão Marchante, filho(a) de Enois Maria dos Santos Araujo e Severino Francisco de Araujo, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 04/09/1970 (49 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Janio Carlos da Silva, Nº 37, complemento CASA, bairro Varadouro, tendo como ponto de referência Proximo a Cristal Gelo, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98825-5806.

Dados do(s) Fatos:

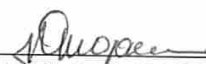
Local: Rua Principal da Cincera, Cincera, Santa Rita/PB, bairro [indeterminado]; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 29/05/19 17:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **Art. 303 Caput da Lei 9.503/97 (Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor)**.


E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE o notificante relata que seguia normalmente em sua mão com o veículo tipo motocicleta, marca e modelo: IAMAHA XJ6 ABS, ano e modelo: 2018/2019 de cor azul, placa: QSA 6109/PB, chassi: 9C6RJ2510K0004091, registrado em nome de Nielliton da Silva Alves, CPF: 073.382724-17; QUE seguia normalmente quando uma moto, não sabendo especificar marca e modelo, veio em sua direção e para não haver uma colisão frontal o notificante fez o desvio, mas acabou caindo no chão; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1612/2019, EXPEDIDO PELA DRª CHRISTINE MARIA BATISTA DE BRITO LYRA, CRM/PB 3137, DATADO DE 07/08/2019, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido(a) por terceiro Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar. CID 10 s 62,3

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 16 de outubro de 2019.


JOSE SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação


VANILDO DOS SANTOS ARAUJO
Noticiante

Procedimento Policial: 00237.01.2019.1.00.420





CERTIDÃO

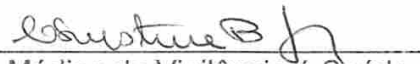
Nº. 1612/2019

Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº233706 e Prontuário Nº 2019.05.2331 pertencentes ao paciente **VANILDO DOS SANTOS ARAÚJO** foi atendido dia 29/05/2019 às 20h58min, vítima de acidente de moto, apresentando trauma em membros superior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do 5º metatarso esquerdo e 4º quirodáctilo esquerdo (falange proximal). Realizado procedimento cirúrgico dia 05/06/2019 e 29/05/2019. Com alta médica dia 05/06/2019.

E para constar eu, Christine Maria Batista de Brito Lyra, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 07 de agosto de 2019


Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3137





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0802335-72.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: VANILDO DOS SANTOS ARAUJO

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, **INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a simulação da guia de custas, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade,** consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018.

João Pessoa/PB, 16 de março de 2020.

SILVANA GIANNATTASIO

Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA
REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

VANILDO DOS SANTOS ARAUJO, já devidamente singularizado nos autos do processo, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, atender o despacho retro.

O autor atualmente encontra-se desempregado, fazendo bicos como marchante alguns dias da semana de forma esporádica compondo uma renda mensal variável. Dessa forma, o autor não dispõe de recursos para custear as despesas processuais, momento que reitera o pedido feito na inicial, a concessão da justiça gratuita.

Vejamos o “art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei*”. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: “a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”.



Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC


Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.



Nestes termos, pede-se deferimento.

João Pessoa, 18 de março de 2020.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.2.20.23801/01
			Data de emissão: 18/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.623801 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,22 Promovente: Vanildo dos santos araujo - Taxa Judiciária: R\$ 51,61 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,18
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000012 561809283188 520200331202 022023801016 			Valor final: R\$ 156,18

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.2.20.23801/01
			Data de emissão: 18/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.623801 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Promovente: Vanildo dos santos araujo Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,18
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 156,18

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.2.20.23801/01
			Data de emissão: 18/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.623801 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,22 Promovente: Vanildo dos santos araujo - Taxa Judiciária: R\$ 51,61 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,18
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000012 561809283188 520200331202 022023801016 			Valor final: R\$ 156,18





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.623801

Data Vencimento: 31/03/2020

Data Emissão: 18/03/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: Vanildo dos santos araujo

Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Valor da Causa: R\$ 1.350,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 103,22

Taxa: R\$ 51,61

Total da Guia: R\$ 154,83

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



PROCESSO NÚMERO - 0802335-72.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: VANILDO DOS SANTOS ARAUJO

Advogados do(a) AUTOR: JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

REU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DESPACHO

Analisando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor está desempregado e declarou não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 29218105) é de R\$ 156,18 (cento e cinquenta e seis reais e dezoito centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.



Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

